

D. DINIS E A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA

por Mário Jorge Barroca *

A arquitectura militar europeia sofreu, ao longo do Séc. XIII, uma série de transformações que alteraram profundamente o perfil das construções e ditaram modificações radicais nas tácticas militares de ataque e de defesa de um castelo. Essas inovações, que melhoraram os meios de defesa dos castelos, dotando-os de novos mecanismos para responder aos cercos de forma mais eficiente, permitiram que se passasse de um conceito de "*defesa passiva*" (que podemos considerar como típico dos castelos românicos) para um conceito de "*defesa activa*" (típico dos castelos góticos). Este salto qualitativo da arquitectura militar, que se revestiu de diferentes cronologias consoante as zonas da Europa, pode ser genericamente enquadrado dentro do Séc. XIII. Em França, onde foi mais precoce, ele foi iniciado por Filipe Augusto (1180-1223), monarca que empreendeu uma série de reformas nos castelos da coroa, dotando-os de novos meios de defesa e de ataque ¹. Entre nós, e se bem que o aparecimento dos primeiros sintomas seja um pouco mais recuado, podemos dizer que o grande obreiro desta mudança na nossa arquitectura militar foi D. Dinis (1279-1325). Na realidade, este monarca promoveu uma série de reformas que transformaram decisivamente os castelos em que se apoiava a defesa do Reino. Os elementos que se conhecem permitem mesmo afirmar que D. Dinis foi o responsável pelo mais vasto e ambicioso programa de reforma da arquitectura militar que até então o reino conheceu. Um esforço que

* Universidade do Porto.

¹ Vd., entre outros, André Chatelain, *L'Évolution des Chateaux forts dans la France au Moyen Age*, Strasbourg, Publitotal, 1988, pp. 163-181; André Chatelain, "Recherche sur les Châteaux de Philippe Auguste", *Archéologie Médiévale*, vol. XXI, Caen, 1991, pp. 115-161; Gabriel Fournier, *Le Chateau dans la France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*, Paris, Aubier, 1978, pp. 94-99.

apenas seria igualado com a renovação empreendida por D. João II e D. Manuel I no último quartel do Séc. XV e inícios da centúria seguinte, num derradeiro esforço para adaptar as velhas construções à nova lógica de guerra imposta pela difusão do armamento pirobalístico.

É certo que os primeiros sintomas de mudança são um pouco anteriores ao reinado de D. Dinis. Como tivemos oportunidade de salientar num outro estudo nosso, os Templários foram, na segunda metade do Séc. XII, durante o mestrado de D. Gualdim Pais, responsáveis pela introdução de algumas novidades no panorama da arquitectura castelar portuguesa que prenunciavam, de alguma forma, a adopção dos mecanismos da "defesa activa" nos nossos castelos². Estamos, nomeadamente, a pensar no aparecimento da *hurdicio* e do *alambor*, inovações introduzidas entre nós pelos Templários, no terceiro quartel do Séc. XII, que revelam um conhecimento da arquitectura militar que se praticava na Terra Santa e no Próximo Oriente, com a qual D. Gualdim Pais contactara quando permaneceu por cinco anos na Terra Santa, no quadro da IIª Cruzada, tendo tomado parte no cerco de Antioquia e na conquista de Escalona (1153). A renovação da arquitectura militar portuguesa conheceu ainda, nos fins do Séc. XII, alguns momentos dignos de realce, nomeadamente durante o reinado de D. Sancho I, quando este monarca empreendeu a melhoria do sistema defensivo de Coimbra, com a construção da Torre Quinária (1198) e da Torre Belcouce (1211), ou quando os Hospitalários, no rescaldo da incursão de Abu Yaqub Yuçuf (1190), ergueram o Castelo de Belver (DS 73, de 1194). No entanto, os ventos de mudança que se estavam a sentir na segunda metade do Séc. XII e na primeira década do Séc. XIII, grosso modo entre 1160 e 1211, não encontraram, pelo menos até aos meados do Séc. XIII, o seu natural desenvolvimento. A renovação da nossa arquitectura militar acabou por ser travada por uma conjuntura que, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista político, se revelou adversa para grandes intervenções nos nossos castelos e que acabou por retardar em meio século o aparecimento das reformas góticas nas nossas fortificações. Entre os elementos que ajudaram a configurar essa conjuntura desfavorável poderíamos apontar uma prolongada série de maus anos agrícolas (1189-1197, 1200-1202, 1224-1226, 1232,

² Cf. Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portugalia*, vol. XVII-XVIII, Volume de Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Porto, IAFLUP, 1996-97, pp. 171-209.

1237-38, etc)³ e a pressão Almohada dos finais do Séc. XII e dos inícios do Séc. XIII, com os sucessos militares de Abu Yaqub Yuçuf Almansor, que tiveram em Alarcos (1195) a sua expressão máxima e que apenas seriam ultrapassados com a vitória cristã de Navas de Tolosa (1212). A estes factores deveríamos aliar, ainda, os problemas internos do reino e a instabilidade social que se fez sentir até aos meados da centúria de Duzentos (que começou no reinado de D. Afonso II, com a questão em torno do testamento de seu pai⁴, e que culminaria com os desmandos ocorridos durante a menoridade de D. Sancho II, o período de anarquia dos anos '30⁵ e a Guerra Civil de 1245-48⁶). Todos estes aspectos ajudam a compreender o motivo porque o reino foi adiando a reforma global dos seus castelos, a qual apenas se começa a desenhar com D. Afonso III e os meados do Séc. XIII.

O itinerário pessoal deste monarca, que durante mais de década e meia, até 1245, permaneceu em França, ajuda a compreender algumas influências que se sentem nas inovações que ocorrem no seu reinado. Depois de ter contactado com a realidade francesa, D. Afonso III tinha plena consciência da fragilidade do sistema defensivo do reino, que em muitas zonas se apoiava em fortalezas obsoletas. Não se estranhe, por isso, que tenha sido responsável pelos primeiros sintomas de mudança. Na realidade, é a D. Afonso III que se deve o mais remoto exemplo português de um balcão com matacões,

³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa, 1978, pp. 36-38.

⁴ Cf., entre outros, José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 102-115; Maria Teresa Veloso, "A Questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos Direitos Senhoriais", *Revista Portuguesa de História*, vol. XVIII, Coimbra, 1980, pp. 197-229; José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, "Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão", *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 47-62; Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (Coord. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1996, pp. 95-98.

⁵ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (Coord. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1996, pp. 106-114.

⁶ Cf., entre outros, José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 127-133; José Mattoso, "A Crise de 1245", *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 7-23; Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (Coord. de), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1996, pp. 115-123; José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, "Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão", *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 98-103.

coroando a porta da muralha de Melgaço, que pode ser associado à inscrição de 1263⁷. O balcão com matacões foi, entre nós, como se sabe, um dos mais claros indícios da adaptação dos velhos castelos românicos aos novos conceitos da defesa activa. O interesse do monarca pela reforma das fortificações não se circunscreveu apenas ao Alto Minho, com as obras de Caminha (1260) e Melgaço (1263), mas contemplou igualmente outras zonas do reino, como nos testemunha a reforma da muralha de Estremoz que empreendeu em 1261⁸. No entanto, seria necessário aguardar pelo reinado de seu filho, D. Dinis, para assistirmos a uma mudança significativa do panorama da arquitectura militar portuguesa.

A actuação de D. Dinis (1279-1325) processou-se em diferentes planos. Logo no início do seu reinado, o monarca empenhou-se no reforço do sistema defensivo de Castro Marim, onde deixou o seu protagonismo assinalado numa inscrição datada de 1 de Julho de 1279, um letreiro que tem a particularidade de fixar o início do seu reinado em 17 de Fevereiro desse mesmo ano (ao contrário do que é normalmente aceite pela nossa Historiografia, que fixa o início do seu governo em 16 de Fevereiro)⁹. Mas, depois da intervenção em Castro Marim, que surge em complemento de obras ordenadas por seu pai, D. Afonso III, em 1274¹⁰, D. Dinis parece ter protelado por algum tempo a reforma dos castelos portugueses. Lançou-se, primeiro, num processo de controlo dos poderes da Nobreza¹¹ e, particularmente, da Nobreza Terra-Tenente, um processo que se desenvolveu em diferentes planos.

No que respeita aos aspectos militares D. Dinis começaria por, paulatinamente, esvaziar de poder as *Tenências* de castelos, conferindo-lhes cada vez mais um papel quase honorífico¹². Num

⁷ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. Nº 360, pp. 737-739.

⁸ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. Nº 352, pp. 720-723. Certamente que, se tivéssemos a Chancelaria deste monarca publicada, poderíamos alargar a lista dos castelos onde Afonso III promoveu obras de reforma.

⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. Nº 393, pp. 815-818.

¹⁰ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. Nº 385, pp. 797-798.

¹¹ Cf. José Augusto Pizarro, "D. Dinis e a Nobreza nos finais do Século XIII", *Revista da Faculdade de Letras - História*, IIª Série, vol. X, Porto, 1993, pp. 91-101.

¹² Sobre as *Terras* e as *Tenências* veja-se a análise decisiva traçada por Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1992, pp. 254-301, e, pela mesma autora, em *Portugal em Definição de*

segundo momento, que podemos localizar no ano de 1287, aboliu o cargo de *Tenente*. Na realidade, até esse ano é relativamente comum encontrarmos entre os confirmantes dos diplomas régios a indicação da Tenência de Terra que lhes estava confiada¹³. Mas, a partir de Julho de 1287 deixamos de encontrar essas referências, muito embora os mesmos nobres, que antes assim o faziam, continuem a testemunhar ou confirmar os documentos do monarca. Não se trata, portanto, de um problema de ausência ou de afastamento desses nobres da Corte, mas sim de uma reforma de fundo, empreendida por D. Dinis, que dava um duro golpe nos poderes da Nobreza Cortesã. O velho sistema administrativo das Terras, implementado desde os meados e a segunda metade do Séc. XI¹⁴, que tinha estruturado a organização territorial e militar do reino durante dois séculos, era finalmente reformado. No lugar das *Terras* passam a ser referidos os *Julgados* que, apesar de manterem inalterado o espaço geográfico, acentuam muito mais a dimensão civil e judicial, descurando a dimensão militar outrora tão presente. As comunidades começam a ter menos obrigações no que respeita à prestação de serviços militares ao castelo e ao seu senhor (nomeadamente na anúduva e noutros serviços). Aos *Tenentes*, membros da Alta Nobreza em quem o monarca outrora delegava o poder de governar uma Terra, sucediam-se os *Alcaides*, funcionários de nomeação régia¹⁵. O passo seguinte seria ainda dado por D. Dinis, em fins do Séc. XIII ou inícios do Séc. XIV, seguramente antes de 1322, quando instituiu os Besteiros do Conto, obrigando os Concelhos a manterem, devidamente armados e treinados, um conjunto de besteiros que, arrolados no conto, podiam

Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV, vol. III da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1996, p. 542 e ss..

¹³ Se no início essa presença e referência na confirmação dos diplomas régios pode ter sido mais ou menos esporádica, ela tornou-se sistemática desde 1222 - cf. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1992, p. 258.

¹⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 115-126; Leontina Ventura in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1996, pp. 542-543.

¹⁵ Ressalvemos, no entanto, que a nomeação dos Alcaides pelos monarcas não esteve sempre isenta de pressões e influências, mesmo por parte da Nobreza. Isso torna-se claro pelo menos a partir dos meados do Séc. XIV e ao longo da centúria seguinte. Veja-se, sobre este aspecto, o que escreveu João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1997, pp. 186-190.

ser chamados a qualquer momento para integrar o exército do Rei ¹⁶. D. Dinis investia, portanto, na criação de um corpo do seu exército com uma estrutura mais "profissional" e mais eficaz, com um número de efectivos que podia ser pela primeira vez quantificado, apoiado na arma que desempenhava, na altura, um papel decisivo nos palcos de guerra - a besta. Outro passo decisivo seria dado por D. Afonso IV quando incumbiu os Corregedores das Comarcas de visitarem regularmente os castelos, verificando arsenais e dando conta ao rei das obras cuja execução entendessem ser necessária:

“Outrosy deve d’entrar nos castellos que teem os Alcaydes e veer como estam bastidos tam bem d’armas como doutras cousas que lhe fizeram mester. E se as torres ou andaymos ham mester de se correger. E de se adubarem. E como todo esto achar assy o deve fazer saber a el Rej. E eso meesmo deve fazer saber das çercas e das villas, e faça-o logo correger.” ¹⁷.

Estas duas medidas - primeiro afastar a Nobreza das Tenências e confiar os castelos a Alcaldes de nomeação régia, depois atribuir aos Corregedores das Comarcas poderes de fiscalização e controlo do estado das fortificações e respectivos arsenais - reflectem o esforço da coroa para controlar as fortificações do reino e assegurar uma mais eficaz manutenção.

Dentro da mesma linha de preocupações, D. Dinis procederia a uma política sistemática de troca dos domínios e fortificações de fronteira, que estavam na posse de particulares, por outros bens arredados da fronteira. É flagrante que, em todos os momentos em que D. Dinis assina vitórias sobre o Infante D. Afonso, seu irmão, o monarca tenha imposto, nas condições de paz, a troca de domínios de fronteira, com castelos, por outros domínios que, mesmo

¹⁶ Cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, ed. policopiada, 1997, pp. 87-118, sobretudo pp. 88-90; vd. tb. A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da «Nova História de Portugal», Lisboa, 1987, p. 337; José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I, Lisboa, 1985, p. 358; A. H. de Oliveira Marques, *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1980, pp. 55-57; Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*, ed. crítica de Torquato Sousa Soares, vol. V, Lisboa, 1945-1954, pp. 239-242.

¹⁷ Passagem da Lei de D. Afonso IV sobre as atribuições dos Corregedores - *“De quaees feitos devem de conhecer os Corregedores nas terras”* - cf. *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Lisboa, 1988, pp. 507-508.

que tivessem valor económico semelhante, tinham sem dúvida um valor estratégico muito menor¹⁸.

Por fim, salientemos que é com D. Dinis que triunfa, em Portugal, de uma forma clara e decisiva, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares¹⁹. Os primeiros sintomas da adopção deste conceito jurídico podem ser já detectados com D. Sancho I quando este monarca manda destruir uma série de torres senhoriais fortificadas (nomeadamente a que D. Lourenço Fernandes da Cunha tinha erguido em Cunha, e a que D. Estevão Martins tinha construído com seus irmãos em Vila Marim²⁰). Sentiram-se, igualmente, de alguma forma quando D. Afonso II levantou a questão em torno da herança de D. Sancho I, não aceitando que suas irmãs, as Infantas D^{as}. Teresa, Sancha e Mafalda, recebessem os castelos que seu pai lhes deixara em testamento, motivo que esteve na origem de prolongada contenda só solucionada com intervenção papal. No entanto, o conturbado reinado de D. Sancho II parece ter marcado um retrocesso na afirmação deste princípio jurídico, que apenas seria definitivamente imposto por D. Dinis. É então que surgem as primeiras cartas régias autorizando a construção de *casas fortes* em Portugal, a mais evidente demonstração do *Ius Crenelandi*²¹. Se

¹⁸ Primeiro impondo a troca de Arronches pela Terra de Armamar, junto do Douro (em 14 de Janeiro de 1288), depois trocando os castelos e vilas de Marvão e Portalegre pelos de Ourém e Sintra (em 1 de Julho de 1300). Cf., entre outros, João Gouveia Monteiro, António Resende Oliveira e José Antunes, "Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão", *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 113-115. Sobre o processo de constituição do senhorio do Infante D. Afonso na zona do Alto Alentejo raiano veja-se Bernardo de Sá-Nogueira, "A Constituição do Senhorio Fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271. Antecedentes regionais e significado político", *A Cidade - Revista Cultural de Portalegre*, Nova Série, vol. 6, Portalegre, 1991, pp. 19-45. Os principais elementos conhecidos para a biografia do Infante D. Afonso encontram-se em F. Félix Lopes, "O Infante D. Afonso, irmão de el-rei D. Dinis", *Itinerarium*, Ano X, nº 44, Braga, 1964, pp. 190-220.

¹⁹ Sobre o triunfo deste princípio noutros países europeus veja-se, por exemplo, D. J. Cathcart King, *The Castle in England and Wales. An Interpretative History*, Londres, 1991, pp. 20-24.

²⁰ Vd. Mário Jorge Barroca, "Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, INIC, 1989, pp. 17-19; e Mário Jorge Barroca, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Séc. XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, vol. 19, Coimbra, 1997, pp. 42-53.

²¹ Cf. Mário Jorge Barroca, "Torres, Casas-Torres e Casas-Fortes: A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Séc. XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, vol. 19, Coimbra, 1997, pp. 59-66 e

algumas dúvidas restassem quanto ao facto de o *Ius Crenelandi* estar em vigor entre nós no primeiro quartel do Séc. XIV elas seriam dissipadas pelas próprias palavras de D. Dinis que, num diploma de 1322, justifica que Mem Rodrigues de Vasconcelos "... *nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huum homem nom possa fazer casa forte no meu senhoryo sem meu mandado ...*".

Com o fim da empresa da Reconquista, em 1249, e sobretudo com a assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297, a coroa portuguesa inflectiria a sua política em relação aos castelos, passando a dar especial atenção às fortificações que se localizavam ao longo da fronteira terrestre do reino. Os castelos do interior, que outrora tinham estado nas mãos da Nobreza terra-tenente e que tinham desempenhado papel importante na orgânica das Terras, perderam valor militar. Pelo contrário, as fortificações que atraíram as atenções de D. Dinis escalonam-se ao longo da fronteira terrestre, com concentrações significativas nas zonas mais vulneráveis - como é o caso do Alto Alentejo e da Beira interior junto a Riba Côa, de Trás-os-Montes e do vale do rio Minho. Para além desta linha de fronteira, a coroa não esqueceria os castelos que se alinhavam ao longo das principais vias de acesso aos pontos fulcrais do reino, nomeadamente a Lisboa e às cidades mais importantes. São estes castelos os primeiros a receber as reformas que introduziriam os conceitos de defesa activa na nossa arquitectura militar.

A reforma da nossa arquitectura militar, quer pelo extraordinário volume de obra realizada, quer pelo curto espaço de tempo em que elas se concentram, não pode deixar de sugerir a existência de um projecto delineado pelo monarca. Na realidade, se conjugarmos os testemunhos sobreviventes com as referências cronísticas e epigráficas, é possível avaliar o volume de obras realizadas por D. Dinis no quadro da reforma dos castelos portugueses. Um esforço de modernização que se desenvolveu de forma sistemática a partir dos fins dos anos 80 do Séc. XIII e que se prolongou de forma particularmente dinâmica até à segunda década do Séc. XIV, grosso modo entre os anos de 1288 e 1315 (com particular incidência entre 1290 e 1310). Ou seja, desde que afastou a Nobreza das Tenências (em 1287) até às vésperas da Guerra Civil de 1319-1324, que opôs o monarca a seu filho e herdeiro, o Infante D. Afonso. Três décadas de frenética actividade construtiva que merece

101-103, onde se estudam e publicam três dessas autorizações régias datadas respectivamente de 1317, 1322 e 1323.

algumas reflexões. Começemos por caracterizar esse movimento ocorrendo-nos das referências cronísticas.

O primeiro texto a referir esse movimento de reforma dos nossos castelos foi redigido escassas duas décadas depois da morte de D. Dinis. Referimo-nos, como é óbvio, à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da autoria do Conde D. Pedro, onde se registam obras promovidas por D. Dinis em 29 castelos distintos e se elogia, assim, a iniciativa do monarca²². A segunda lista das fortificações onde D. Dinis empreendeu obras encontra-se exarada na *Crónica de 1419* ou *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Neste relato, redigido cerca de um século depois da morte do Lavrador, referem-se obras em 44 fortificações²³. A terceira referência que possuímos é a de Rui de Pina, exarada na *Crónica del Rei D. Dinis*, um texto redigido entre 1504 e 1522, quase dois séculos depois da morte do monarca. O cronista refere o empenho de D. Dinis na promoção de obras num total de 46 castelos²⁴.

Aos registos cronísticos, todos posteriores à morte de D. Dinis, procuramos acrescentar referências coevas, nomeadamente epigráficas e heráldicas. No que respeita às inscrições, o nosso levantamento epigráfico permitiu identificar 29 inscrições repartidas por 19 castelos diferentes. Este volume de inscrições comemorando a intervenção régia em obras de castelos ganha outra expressividade se tivermos em consideração que antes dos meados do séc. XIII apenas conhecemos duas epígrafes régias relacionadas com obras militares, ambas em Coimbra, na altura a capital do reino (Torre Quinária, 1198, e Torre de Belcouce, 1211)²⁵. Ao todo, conjugando as referências cronísticas e epigráficas, podemos documentar a intervenção dionisina em 57 fortificações (Quadro I). Nunca, na história do reino, se registara um tal volume de intervenções régias

²² Cf. Conde D. Pedro, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Ed. de L. F. Lindley Cintra, vol. IV, Lisboa, 1990, p. 243.

²³ Cf. *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Ed. Crítica de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, vol. II, pp. 6-7.

²⁴ Cf. Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, Lisboa, 1907, pp. 160-161 (ou Porto, Livraria Civilização, 1977, p. 312). Este tipo de elogio de D. Dinis, inaugurado pelo Conde de Barcelos, continuou a ser adoptado pelos cronistas mais recentes, pelo que a nossa lista poderia ser ampliada. Duarte Nunes de Leão, na *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, Lisboa, 1600, regista o mesmo tipo de discurso e volta a alargar o número de obras atribuídas à iniciativa do monarca, que ultrapassam aqui a meia centena (cf. "Chronica del Rei Dom Dinis dos Reis de Portugal o Sexto", *op. cit.*, pp. 133-133v^o). No entanto, iremos deter a nossa atenção apenas nos registos cronísticos até aos inícios do Séc. XVI.

²⁵ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. N^o 205 (1198) e N^o 265 (1211).

nas estruturas militares. No entanto, o cômputo poderia ser ampliado ainda mais, ascendendo às 86 fortificações, se acrescentássemos outros castelos onde, apesar do silêncio das crônicas e da epigrafia, se costumam atribuir reformas à iniciativa de D. Dinis. Alguns deles, como Lindoso, Torre de Moncorvo, Trancoso, Linhares, Penamacor, Castelo Novo, Nisa ou Viana do Alentejo, com fundamentos documentais devidamente comprovados ou com testemunhos arqueológicos coevos ainda sobreviventes.

A cartografia destas fortificações revela, como é natural, o enorme peso dos castelos raianos (Fig. 1). Na realidade, em 80 % dos casos estamos perante fortificações da fronteira terrestre. A sua distribuição geográfica denuncia, igualmente, algumas concentrações interessantes: uma mancha densa ao longo da fronteira alentejana, entre Monsaraz e Castelo de Vide (20 castelos); outra mancha não menos densa na zona de Riba Côa, desde Sabugal até Castelo Melhor (11 castelos); finalmente, concentrações menores nas zonas de Trás-os-Montes (6 castelos raianos) e no Alto Minho (3 castelos raianos).

No entanto, a intervenção do monarca não se fez indiscriminadamente sobre todas as fortificações de fronteira. Pelo contrário, parece ter tido subjacente um plano devidamente ponderado e avaliado, que privilegiou os castelos que preservavam valor estratégico face aos novos condicionalismos geo-políticos, relegando para segundo plano os castelos que, na nova conjuntura, perderam valia. É sintomático que, como Rui de Pina registou a propósito dos castelos de Riba Côa, D. Dinis tenha realizado obras nos castelos de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Castelo Mendo, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, S. Félix de Galegos e que, no entanto,

"... nom fez ho Castello de Monforte de Riba Coa, que tambeem lhe foy dado por estar em maa despoziçam da teerra, e sua força pera defenção do Regno, nom seer muito necessaria ...".

Esta passagem revela-nos como o esforço de reconstrução e adaptação dos castelos obedeceu a um plano devidamente avaliado, que teve em atenção o papel estratégico de cada castelo. Esta perspectiva é igualmente confirmada pelo facto do monarca ter abdicado de restaurar e actualizar muitos dos castelos cabeça-de-Terra, disseminados pelo interior do Reino, que num passado ainda recente tinham tido uma importância estratégica decisiva.

Por outro lado, é claro que o interesse régio por estas fortificações aumenta depois da assinatura do Tratado de Alcanices. Na realidade, se tomarmos apenas em conta as obras que estão

datadas por meio de epígrafes, poderíamos dizer que 4 ou 5 castelos mereceram intervenção régia antes da assinatura do Tratado de Alcanices: Castro Marim (1279), Messejana (1288), Mértola (1292), Tavira (1293) e talvez Serpa ([1295-1325]). Posteriores à assinatura do Tratado conhecemos 11 exemplos retratados por epígrafes com elementos cronológicos precisos: Alandroal (1298), Borba (1302), Évoramonte (1306), Olivença (1306), Albuquerque (1306), Beja (1307), Veiros (1308), Noudar (1308), Zagala (1310), Albuquerque (1314), Redondo (1319) e Leiria (1324).

Em diversos casos, a realização de obras nos castelos secundou, de imediato, a sua entrada na posse da coroa portuguesa. Assim aconteceu com Serpa, Moura e Noudar (que são integrados no Reino em 1295), com Vilar Maior, Castelo Rodrigo, S. Félix de Galegos e, de uma maneira geral, com os lugares de Riba Côa (que entram na posse do reino em 1295-96 e cujo senhorio é reconhecido definitivamente pelo Tratado de Alcanices em 1297). Nestes casos parece evidente que, ao promover obras nos castelos, o monarca pretendeu, igualmente, deixar assinalada de forma clara e explícita a entrada das fortificações na posse de um novo Senhorio. Nesse sentido, a colocação do brasão real português, sempre em lugar de destaque, revela-se particularmente elucidativa. São perto de duas dezenas os castelos onde isso acontece. Noutros casos, a realização de obras foi acompanhada pela concessão de novas cartas de foral, numa demonstração do interesse da coroa em incrementar o povoamento nessas zonas raianas. Assim, as obras realizadas por D. Dinis nas muralhas de Serpa, que deram origem a três lápides com o brasão do monarca e inscrição, foram acompanhadas pela concessão de carta de foral, outorgada em 1295. As obras realizadas em Borba, que se documentam na inscrição de 1302, foram acompanhadas pela outorga de foral nesse mesmo ano. O diploma régio impõe, de resto, como contrapartida dos privilégios outorgados, a obrigatoriedade das populações erguerem muralha em torno da vila. Em Ouguela o foral data de 1298 e as obras remontam a 1299. Em Redondo o foral é de 1318 e as obras na fortificação estão datadas por inscrição de 1319. Em Noudar a carta que instituiu o primeiro Couto de Homiziados que o reino de Portugal conheceu remonta a 16 de Janeiro de 1308²⁶ e as obras realizadas nos muros do castelo, pela Ordem de Avis, datam do mesmo ano. Castro Marim recebeu duas cartas de foral no curto espaço de cinco anos, a primeira em 1277 e a segunda em 1282.

²⁶ Cf. Humberto Baquero Moreno, "Elementos para o estudo dos Coutos de Homiziados instituídos pela Coroa", *Portugaliae Historica*, vol. II, Lisboa, 1974, p. 15.

Ambas secundam reformas da arquitectura militar ordenadas por D. Afonso III (em 1274) e por D. Dinis (em 1279). E é possível que a situação se alargasse a outros castelos como Moura (com foral em 1295), Vilar Maior (foral em 1296), Alegrete (foral em 1299), Miranda do Douro (foral em 1286), Vila Flor (foral em 1294), Alfândega da Fé (foral em 1295), Mirandela (foral em 1291) e Montalegre (foral em 1289).

Este momento ímpar da nossa arquitectura militar reveste-se de tanto mais interesse quanto, como já referimos, a maior parte das obras se concentra num lapso de tempo relativamente curto, que pode ser balizado entre 1288 e 1315. O esforço não pertenceu exclusivamente à coroa mas envolveu igualmente outras forças do reino, nomeadamente as Ordens Militares, como a Ordem de Avis, que se viu endividada e arruinada pelo esforço desenvolvido na reforma dos seus castelos raianos (nomeadamente os de Alandroal, Veiros e Noudar)²⁷.

Este extraordinário movimento de reformas nos castelos ficou a assinalar a difusão decisiva do castelo gótico em Portugal, erguido segundo uma nova concepção de fortificação, receptiva aos princípios da defesa activa. As mudanças fazem-se sentir em vários planos.

Um primeiro aspecto que cumpre realçar são as intervenções sistemáticas junto das portas dos castelos. Na realidade, as intervenções ordenadas por D. Dinis reformularam sistematicamente as zonas de acesso ao castelo, reforçando as portas. É a partir desta altura que as portas dos castelos passam a estar enquadradas por um ou dois torreões. Assim vemos em Guimarães, onde os torreões que ladeiam as duas portas de entrada do Castelo foram acrescentados na reforma de D. Dinis²⁸. O mesmo se poderia apontar para outras fortificações. Em Castelo Melhor a intervenção de D. Dinis circunscreveu-se mesmo apenas à zona da porta de entrada do Castelo, reformulando-a integralmente, mas conservando todo o restante circuito amuralhado intacto (apesar de este estar apenas munido de um torreão, semi-circular). Em Castelo Rodrigo o monarca mandou erguer dois torreões que passaram a ladear a porta de entrada do Castelo, e no prospecto principal destes torreões mandou colocar o

²⁷ Cf. Maria Cristina Cunha, *A Ordem Militar de Avis (Das origens a 1329)*, diss. de Mestrado, Porto, 1989, p. 116; João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos fins da Idade Média*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1997, p. 137, nota 420.

²⁸ Cf. Mário Jorge Barroca, "O Castelo de Guimarães", *Patrimonia*, vol. 1, Cascais, Outubro de 1996, p. 22. É sintomático que os seus muros não estejam travados com a muralha e que, ao contrário desta, apresentem pedras sigladas desde a zona de alicerce.

brasão real. Em Numão, o torreão que completa a defesa da Porta de S. Pedro é acrescentado por esta altura. Em Penamacor, a porta de acesso viu-se fortalecida por duas torres de planta quadrada que, mais tarde, nos alvares da Época Moderna, seriam encobertas por novas construções, quando se adaptaram os mecanismos militares para sede do poder municipal. No entanto, as reformas manuelinas não eliminaram as torres dionisinas: apenas se construiu um novo corpo entre as duas torres, cuja posterioridade é assegurada por eloquentes juntas vivas. Finalmente, e para não nos alongarmos demais, castelos alentejanos como Serpa, Redondo, Alandroal, Veiros, Vila Viçosa, Arraiolos, Nisa, etc., passam a apresentar igualmente as suas portas enquadradas por torres.

Ao nível das próprias muralhas, assistimos a uma multiplicação do número de torreões adossados, que apresentam entre si afastamentos médios entre os 8 e os 15 metros, permitindo tiro flanqueado eficaz. Na sua imensa maioria, estes torreões optam pelas plantas com ângulos rectos, reflectindo o fraco poder ofensivo das forças inimigas e a escassa utilização de máquinas de guerra. No Alentejo, em zonas onde a pedra utilizada era de menor qualidade e o aparelho de construção mais irregular e miúdo, utilizaram-se torreões semi-circulares, herdeiros da tradição muçulmana (Redondo, Vila Viçosa, Veiros, Serpa, etc). Alguns desses torreões, sobretudo aqueles que se elevam acima da cota do adarve, apresentam-se abertos pela gola, evitando assim que possam ser utilizados para o entrincheiramento de forças inimigas (como, por exemplo, acontece em Terena e em Mourão).

No adarve ou *andamio*²⁹ - o caminho de ronda que se apoia no alto das muralhas - verifica-se igualmente uma melhoria nas condições de defesa e de circulação. Triunfam os merlões deitados, góticos, que apresentam-se mais largos que os merlões românicos. Se estes eram, normalmente, mais altos que largos, os merlões góticos serão predominantemente mais largos que altos. Por outro lado, começam a surgir os merlões que abrigam, dentro do seu espaço, uma seteira. Nalgumas fortificações difundem-se, ainda, os manteletes, peças de madeira basculantes que eram suspensas entre as ameias (de que temos vestígios indelévelmente no Castelo de Guimarães³⁰ e nas muralhas dionisinas desta cidade). Tudo soluções que visam melhorar

²⁹ *Andamio* é a expressão utilizada, nas crónicas e documentos medievais para designar o adarve. Assim acontece com Fernão Lopes. Vd., entre outros, Maria Isabel Perez de Tudela y Velasco *et alii*, *Arquitectura Militar Castellano-Leonesa. Significado histórico y Glosario (S. VI-XIII)*, Madrid, 1991, p. 86-87.

³⁰ Cf. Mário Jorge Barroca, "O Castelo de Guimarães", *Patrimonia*, vol. 1, Cascais, Outubro de 1996, p. 25.

as condições de defesa do castelo, resguardando os soldados do tiro inimigo. Por fim, os adarves alargam-se, facilitando a circulação das forças militares, e as escadas de acesso passam a ser normalmente adossadas ao muro, ao contrário do que acontecia em épocas mais recuadas, onde eram incluídas na espessura dos muros ou optavam pelo sistema de pedras fincadas.

No que respeita às Torres de Menagem, as reformas dionisinas saldaram-se por duas enormes novidades. A primeira, pelo aparecimento dos primeiros exemplos de Torres de Menagem de planta poligonal que o reino conheceu e de que sobrevivem exemplos em Algosó, Sabugal, Castelo Branco, Dornes e Monsaraz. Conhecemos, ainda, exemplos de torres poligonais posteriores a D. Dinis, como é o caso da "Torre do Galo" em Freixo de Espada-à-Cinta, possivelmente obra de D. Fernando³¹. Finalmente, Duarte d'Armas regista-as igualmente nas plantas dos castelos de Penha Garcia e Idanha-a-Nova, no extremo Sudeste da Beira interior, e nos castelos de Piconha e de Portelo, dois castelos raianos da zona de Montalegre³². Todas estas Torres de Menagem, que escapam à monotonia das torres de quatro faces articuladas em ângulos rectos, reflectem um conhecimento mais profundo da arquitectura militar e o reconhecimento das vantagens deste tipo de plantas sobre as plantas quadrangulares. Reflectem, igualmente, formas mais elaboradas de

³¹ A classificação da "Torre do Galo", do castelo de Freixo de Espada-à-Cinta, de planta poligonal, como Torre de Menagem merece uma observação. Na realidade, Duarte d'Armas nos desenhos de Freixo de Espada-à-Cinta não a classifica como Torre de Menagem, atribuindo esse epíteto a uma outra torre, de planta quadrada, que se desenvolvia à direita da Torre do Galo, e hoje já demolida. No entanto, o desenho de Duarte d'Armas é bem claro quanto ao princípio de *comandamento*: é a Torre do Galo que comanda a torre dita "de Menagem", destacando-se em altura como a mais elevada torre do sistema defensivo do castelo. E, nas observações que o pintor acrescenta à planta, anota que a Torre poligonal tem 22 varas de altura, enquanto que a de Menagem tem apenas 19 varas. Deste modo, mesmo que Duarte d'Armas não a designe por Torre de Menagem, julgamos que a Torre do Galo assumiu esse papel a partir do momento em que foi erguida. Era, de resto, a mais requintada construção do castelo de Freixo, com salas cobertas com abóbadas ogivais, sendo por isso natural que tenha sido escolhida como Torre de Menagem. E, julgamos, foi por isso mesmo que foi a única das torres do velho castelo que foi poupada ao furor destrutivo dos tempos modernos. A única explicação que encontramos para esta situação é que Duarte d'Armas tenha colocado, no seu desenho, a legenda sobre a primeira Torre de Menagem do castelo de Freixo, e não sobre a Torre do Galo. Alguns autores associam, ainda, a Torre do Galo às obras que D. Fernando estava a promover em Freixo de Espada à Cinta em 1370.

³² Pelo menos no caso do Castelo de Penha Garcia, não encontramos testemunhos desta torre poligonal, embora sobreviva a base da torre de menagem. Ressalvemos, no entanto, que este castelo foi bastante maltratado em "restauros" recentes, desta centúria, oferecendo algumas dificuldades de estudo.

conceber os espaços e, sobretudo, um domínio mais perfeito dos sistemas de cobertura, sempre mais complexos nas plantas que fogem à esquadria. A segunda novidade ao nível das Torres de Menagem foi o seu deslocamento para junto das muralhas. As primeiras Torres de Menagem, românicas, erguiam-se no centro do pátio, isoladas das muralhas, comportando-se como organismos autónomos no interior do castelo. Funcionavam verdadeiramente como um último reduto, capaz de resistir mesmo depois de todo o castelo ter sido conquistado, uma espécie de «castelo dentro do castelo». Assim as vemos, por exemplo, em Guimarães, em Faria, em Moreira de Rei, em Marialva, em Sortelha, em Pombal, em Almourol, em Belver, etc, etc. Com as reformas góticas ordenadas por D. Dinis as Torres de Menagem vão deslocar-se para junto das muralhas, aproximando-se das zonas do castelo onde defesa era mais sensível e difícil. A opção mais comum seria a deslocação para a zona da porta de entrada, local sempre delicado do ponto de vista defensivo e, por isso, sistematicamente objecto de reformas. Podemos apontar alguns bons exemplos desta nova filosofia da arquitectura militar: Lindoso, Montalegre, Arnóia, Lanhoso, etc. Esta nova localização das Torres de Menagem traduz uma maior confiança na capacidade defensiva do castelo e, indirectamente, a melhoria dos mecanismos de defesa das fortificações, que permitiram que o isolamento no interior do pátio deixasse de ser fundamental. O sintoma máximo desta nova confiança que é depositada na capacidade defensiva do castelo encontra-se nas Torres de Menagem que são erguidas fora do circuito amuralhado do castelo, adossadas ao pano de muralha pelo seu exterior, junto da porta de entrada do castelo. Uma tal opção seria impensável na perspectiva da arquitectura militar românica. No entanto, ela ocorre com as reformas dionisinas e em outras reformas góticas posteriores, nomeadamente no Sabugal, em Vilar Maior, em Castelo Rodrigo, em Freixo de Espada-à-Cinta, no Alvito, em Terena e em Monsaraz³³.

³³ O castelo de Terena não pode deixar de nos suscitar alguma perplexidade, nomeadamente pelo divórcio entre o que hoje podemos ali observar e a planta que nos legou Duarte d'Armas. Na realidade, o que hoje vemos em Terena é um castelo com uma Torre de Menagem de planta quadrada, adossada ao pano exterior da muralha, voltado à povoação, e erguida junto da porta de entrada principal do castelo. A esta Torre de Menagem foi acrescentada, no tempo de D. Manuel I, uma barbacã de porta de planta rectangular, que veio reforçar as protecções do acesso ao castelo, obrigando a um itinerário anguloso, controlado por tiro vertical, a partir do adarve, e por tiro oblíquo, a partir da Torre de Menagem. Trata-se, de resto, de um dos melhores exemplos de uma barbacã de porta que podemos encontrar em Portugal, que pode ser equiparada à do castelo de Monsanto (igualmente de D. Manuel I, e com solução tipológica muito semelhante) e à do castelo de Aguiar da Pena (esta talvez um pouco mais recuada). No entanto, Duarte d'Armas desenhou uma estrutura muito distinta,

(castelos de Aguiar da Pena, Monsanto, Terena, etc), inovações que entre nós apenas surgem a partir dos meados do Séc. XIV e que são sobretudo características das reformas do Séc. XV.

Resta-nos assinalar uma derradeira novidade. O impressionante movimento de obras que se detecta nos castelos portugueses a partir de 1288 seria realizado por arquitectos ou mestres construtores especializados. Na realidade, enquanto que todo o esforço de construção do castelo românico se ficou a dever a mestres anónimos, que não deixaram memória dos seus nomes, num movimento construtivo que parece muitas vezes resultar de um "saber empírico", a construção de um castelo gótico revela-se uma empresa que não se compadece com soluções empíricas. Obedece, pelo contrário, a um saber arquitectónico elaborado, a regras bem definidas pela lógica da poliorcética. E, neste sentido, também não pode deixar de ser significativo que seja precisamente com D. Dinis que, pela primeira vez na história da arquitectura militar portuguesa, começamos a possuir inscrições que nos revelam os nomes dos arquitectos responsáveis pelas obras militares: no Castelo do Alandroal, Mestre Galvo, um Alarife mouro (1294-98); no Castelo de Albuquerque, Mestre Pedro Vicente (1306); no Castelo de Veiros, Mestre Pedro Abrolho (1308)³⁶; no Castelo de Estremoz, Mestre Antão (1320). Antes do reinado de D. Dinis apenas conhecíamos um exemplo, de D. Afonso III, onde tal acontecia: na obra de Melgaço, onde surge o primeiro balcão com matacães, da responsabilidade de Mestre Fernando (1263). Mas até aos finais da centúria de Trezentos o número total de epígrafes que nos revelam mestres-arquitectos ligados a obras militares não cessaria de aumentar, elevando-se a um total de 12 inscrições, e na documentação da época podem ser recolhidas outras referências³⁷. Este novo panorama, onde o mestre ou arquitecto se preocupa em deixar a sua identidade vinculada à obra, revela-nos indirectamente a presença de um corpo de

³⁶ Não podemos deixar de sublinhar como é o curioso que ao nome deste arquitecto militar se associe um elemento do armamento defensivo. Na realidade, o *abrolho* era uma peça de metal composta por quatro espetos afilados, com as pontas orientadas em direcções opostas, por forma a que, quando atiradas para o solo, ficassem sempre com um espeto voltado para cima. Atirados para o solo em elevado número, e camuflados pela folhagem, os abrolhos constituíam uma arma terrível, utilizada contra o avanço das tropas e, particularmente, da cavalaria, tendo por isso sido utilizados em diferentes épocas, desde os romanos até um passado muito recente. A sua associação ao nome de um arquitecto militar (muito provavelmente resultado de alcunha) não deixa de ser interessante.

³⁷ Vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 382-384, onde se apresenta uma lista dessas referências e se remete para o respectivo *corpus* epigráfico.

profissionais especializados. O castelo gótico já não é uma construção feita por qualquer pessoa, é o resultado de mestres experientes, que aplicam um conjunto de regras de construção relativamente rígidas.

Por tudo o que acabamos de analisar, cremos que podemos, com plena justiça, eleger o reinado de D. Dinis como um momento de viragem na história da nossa arquitectura militar. E, se o triunfo em Portugal do castelo gótico e dos conceitos de «defesa activa» tivessem de ser associados a algum protagonismo individual, ele seria, sem dúvida, o do Rei Lavrador.

QUADRO I
D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa (1279-1325)

	CASTELO	(1)	(2)	(3)	Inscrição	Brasão
Alentejo e Algarve						
1	Serpa	x	x	x	3 insc. [1295-1325]	Real (D. Dinis)
2	Moura	x	x	x	-	Real (D. Dinis)
3	Olivença (Espanha)	x	x	x	insc. 29.IX.1306	Real (D. Dinis e D. Afonso IV)
4	Campo Maior	-	x	x	-	
5	Ouguela	-	x	x	-	
6	Monforte	x	x	x	-	
7	Arronches	-	x	x	-	
8	Portalegre	-	x	x	-	Real
9	Marvão	-	x	x	-	
10	Alegrete	-	x	x	-	
11	Castelo de Vide	-	x	x	insc. 1327	Real (D. Afonso IV)
12	Borba	x	x	x	insc. 1302	Real e Municipal
13	Vila Viçosa	x	x	x	-	
14	Arraiolos	x	x	x	-	
15	Evoramonte	x	x	x	insc. 17-I-1306	Real
16	Veios	x	x	x	insc. 20-V-1308	Ordem de Avis
17	Alandroal	x	x	x	4 insc. [1294-1298] e 24-II-1298	Ordem de Avis
18	Monsaraz	-	x	x	-	
19	Noudar	x	x	x	2 insc. 1-IV-1308 e [1308]	Ordem de Avis
20	Juromenha	x	x	x	-	
21	Redondo	x	x	x	insc. 1319	Real (D. Dinis)
22	Assumar	x	x	x	insc. 1332	Real (D. Afonso IV)
23	Beja	-	-	x	2 insc. 1307 e 1347	Real (D. Dinis)
24	Mértola	-	-	-	insc. 1292	-
25	Castro Marim	-	-	-	2 insc. 1274 e 1-VII-1279	Real (D. Afonso III e D. Dinis)
26	Messejana	-	-	-	insc. V-1288	-
27	Tavira	-	-	-	insc. 1293	-
28	Albuquerque (Espanha)	-	-	-	3 insc. 4-VIII-1306 e 7-VIII-1314	Senhor de Albuquerque
29	Zagala (Espanha)	-	-	-	insc. V-1310	D. Martim Gil de Sousa
"Beira Litoral"						
30	Avô	-	x	x	-	-
31	Leiria	-	-	-	insc. 8-V-1324	Portugal e Aragão
"Beira Interior"						
32	Sabugal	x	x	x	-	Real (D. Dinis)
33	Alfaiates	-	x	x	-	-
34	Castelo Rodrigo	x	x	x	-	Real (D. Dinis)
35	Vilar Maior	-	x	x	insc. 1280 (na muralha da vila)	Real (D. Dinis) (na Torre Menagem)
36	Castelo Bom	-	x	x	-	-
37	Almeida	-	x	x	-	-

38	Castelo Melhor	-	x	x	-	-
39	Castelo Mendo	-	x	x	-	Real (D. Afonso III ou D. Dinis)
40	S. Félix de Galegos (Espanha)	-	x	x	-	
41	Monforte de Riba Coa	-	-	x	-	
42	Pinhel	-	x	x	-	
Trás-os-Montes						
43	Miranda do Douro	x	x	x	-	Real (D. João I)
44	Vinhais	x	x	x	-	
45	Vila Flor	x	x	x	-	
46	Alfândega da Fé	x	x	x	-	
47	Mirandela	x	x	x	-	
48	Freixo-de-Espada-à-Cinta	x	x	x	insc. não datada	
49	Vila Real	x	x	x	-	
50	Monforte de Rio Livre	x	-	-	-	
51	Chaves	-	-	-	-	Real (D. Dinis)
52	Montalegre	x	-	-	-	Real (D. Dinis)
Entre-Douro-e-Minho						
53	Guimarães	x	x	x	-	
54	Braga	x	-	x	-	
55	Vila Nova de Cerveira	x	x	x	-	Real (D. Afonso III ou D. Dinis)
56	Monção	x	x	x	-	
57	Castro de Laboreiro	-	x	x	-	
	TOTAIS	29 ref ^o s.	44 ref ^o s.	47 ref ^o s.	19 locais com 29 inscrições	

(1) Seg. Conde D. Pedro, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, Lisboa, 1990, p. 243.

(2) Seg. *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, vol. II, Lisboa, 1952, pp. 6-7.

(3) Seg. Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, Lisboa, 1907, pp. 160-161 ou Porto, 1977, p. 312.

